

O povo quer democracia de verdade: como os apoiadores de Jair Bolsonaro veiculam noções associadas a palavra democracia no YouTube

Thatiane Moreira e Jose Luis Ramirez

Thatiane Moreira

Pesquisa sobre ativismo digital, enquadramento interpretativo e engajamento, no Núcleo de Estudos em Participação, Ação Coletiva e Movimentos Sociais (NEPAC/UNICAMP)

Email: tfoliveiramoreira@gmail.com

Jose Luis Ramirez

Doutor e Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Possui graduação em Engenharia Eletrônica - Universidad de Los Andes e graduação em Engenharia Mecânica - Universidad de Los Andes (2008).

Email: joluramboho@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5504-3823>

Resumo

Ainda que os críticos caracterizem os apoiadores de Jair Bolsonaro como autoritários, estes não se percebem dessa maneira. Para eles, seus discursos e práticas seriam aqueles verdadeiramente democráticos. Considerando essa premissa, o objetivo deste trabalho é apresentar resultado preliminar de pesquisa que busca explicitar como os apoiadores de Bolsonaro mobilizam as tensões entre a liberdade individual e as instituições democráticas para veicular noções associadas à palavra democracia no *YouTube*. O artigo levanta a hipótese de que estas noções associadas à palavra democracia se fundamentam na mobilização política de medos, e que encontram na ideia de cidadão de bem, e não nas instituições democráticas, sua base de construção e manutenção. Para testar a hipótese, este artigo analisou as interpretações sobre o caso da prisão do deputado federal Daniel Silveira em dois canais autointitulados apoiadores de Jair Bolsonaro, Te Atualizei e Canal Hipócritas. Para a organização e análise do material foi utilizada a codificação, utilizando como metodologia a *grounded theory* (GT) e, tendo por base um debate teórico metodológico de enquadramento interpretativo. Os

resultados encontrados confirmam as hipóteses levantadas, embora diga respeito aos casos particulares analisados, sem a pretensão de generalização.

Palavras chaves Redes digitais. Enquadramento. Novas Direitas. Democracia. Liberdade.

The people want real democracy: how Jair Bolsonaro supporters convey notions associated with the word democracy on YouTube

Abstract

While critics characterize Jair Bolsonaro's supporters as authoritarian, they don't see themselves that way. For them, their discourses and practices would be truly democratic ones. Considering this premise, the objective of this paper is to present a preliminary research result that seeks to explain how Bolsonaro's supporters mobilize the tensions between individual freedom and democratic institutions to convey notions associated with the word democracy on YouTube. The article raises the hypothesis that these notions associated with the word democracy are based on the political mobilization of fears, and that they find their basis for construction and maintenance in the idea of a good citizen, and not in democratic institutions. To test the hypothesis, this article analyzed interpretations of the case of the arrest of Congressman Daniel Silveira in two self-styled channels supporting Jair Bolsonaro, Te Atualizei and Canal Hipócritas. Coding was used for the organization and analysis of the material, using the grounded theory (GT) as a methodology and based on a theoretical methodological debate with an interpretative framework. The results found confirm the raised hypotheses, although it concerns the particular cases analyzed, without the pretense of generalization.

Keywords: Digital networks. Framework. New Rights. Democracy. Freedom.

1 - Introdução

A prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), apoiador de Jair Bolsonaro, ocorreu na noite do dia 16 de fevereiro de 2021, por decisão do ministro Alexandre de Moraes e confirmada no dia seguinte por todo o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar foi preso em flagrante depois de ter divulgado vídeo com apologia ao AI-5 e em defesa da destituição de ministros do STF, incitando até mesmo a violência¹. Na decisão sobre a prisão de Silveira, Moraes citou o inciso XLIV do artigo 5º da Constituição², que diz que “constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”. Moraes também disse que as condutas de Silveira configuram crimes previstos na Lei de Segurança Nacional.

A prisão do parlamentar suscitou debates sobre sua validade, tanto no campo jurídico quanto nas redes sociais. A controvérsia em torno da prisão é intensificada pelo fato de ter sido decretada dentro do polêmico Inquérito das *Fake News*, sem pedido prévio da Procuradoria-Geral da República (PGR) - embora, depois da confirmação da prisão pelo plenário do STF, a PGR tenha apresentado uma denúncia contra Silveira³.

Enquanto os partidos PT, PSB, PDT, PCdoB, PSOL e Rede apresentaram ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados uma representação na qual pediram a cassação do mandato do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) por quebra de decoro parlamentar, outros deputados ressaltam o artigo 53 da Constituição, que diz que deputados e senadores “são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”.

No dia 19 de fevereiro de 2021, com 364 votos, a Câmara dos Deputados decidiu manter a prisão em flagrante e sem fiança do deputado Daniel Silveira. Os embates em torno da reclusão do parlamentar reforçaram os discursos que defendem a

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/17/o-que-diz-a-constituicao-sobre-a-imunidade-de-parlamentares-para-emitir-opinioes.ghtml>, acesso em jun/2021.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em jun/2021.

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/17/prisao-de-daniel-silveira-seis-partidos-pedem-cassacao-do-deputado-ao-conselho-de-etica.ghtml>, acesso em jun/2021.

existência de tensões entre a liberdade individual e a atuação das instituições democráticas, mais precisamente o STF e o Congresso Nacional.

Para melhor entender os debates em torno da liberdade de expressão e das noções vinculadas à palavra democracia propagadas pelos apoiadores de Jair Bolsonaro, é essencial entender as características e o modo de atuação da atual direita brasileira. Por isso, voltemos rapidamente à década de 2010.

Ao longo da segunda década dos anos 2000, mais precisamente entre 2013 e 2015, ocorreu no Brasil a emergência da chamada nova direita brasileira⁴ (ROCHA, 2018; TATAGIBA, TRINDADE & TEIXEIRA, 2015). De fato, essa nova direita começa a ganhar visibilidade pública nas manifestações de 2013, descobrindo o caminho das ruas e ganhando crescente espaço nas redes sociais (ROCHA, 2015; AMADEU, 2015).

O “novo” na atuação política dessa direita estaria no fato de se organizarem através de movimentos de ação política contestatória, o que os afastam da direita tradicional centrada na atuação partidária (ROCHA, 2018; ABELIM, 2020). Outra diferença diz respeito ao repertório de ação (TILLY, 2010; TARROW, 2009), dado que a socialização política desta nova direita passa a ser construída via digital, buscando a crítica às mídias tradicionais e vinculando atuação nas redes e ruas (ROCHA, 2018; SILVA, 2018; KAYSEL, 2015).

No artigo, o termo “nova direita” se refere a um conjunto complexo e heterogêneo de atores que defendem pautas neoliberais e conservadoras (ROCHA, 2018), assentadas na “ação valorativa que visam os antidireitos trabalhistas e sociais, anti-mulheres e anti-minorias” (SILVA, 2017, p. 5), que encontrou nas redes digitais uma arena de articulação e organização de suas ideias e nas ruas um espaço para colocar suas agendas em disputa (STURARI, 2020, TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA, 2015).

⁴ No caso brasileiro, esta nova direita não é um fenômeno totalmente novo, mas que apresenta pontos importantes de inovação, como a sua atuação diversificada e sua força política para além do partidário (Kaysel, 2015; Rocha, 2018).

A organização via internet é um elemento importante para entender as origens desta nova direita, principalmente no que se refere a formação de grupos que não se sentiam representados pelos partidos de direita ou mesmo de centro-direita mais tradicionais, que já nos anos de 2006 e 2010 começaram a se mobilizar (ROCHA, 2018; SILVA, 2018). Estes grupos discutiam ideias que circulavam entre pautas neoliberais e também conservadoras (ROCHA, 2018; SILVA, 2018; SOLANO 2018).

No caso brasileiro, já nas eleições de 2018, ganha preponderância uma das características presentes nos grupos desta nova direita: o amálgama entre neoliberalismo econômico e defesa de pautas conservadas (ROCHA, 2018; NICOLAU, CAVALCANTE e CHAGURI, 2019). Segundo Rocha (2018), “foram justamente estes novos grupos de militantes, formados a partir da internet, que deram origem à Campanha Pró-Impeachment (2014-2016)” e atuaram para o “fortalecimento da candidatura do militar da reserva Jair Bolsonaro à presidência da República” (ROCHA, 2018, p.18).

Quando se trata da eleição de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, denominados por alguns autores de bolsonaristas⁵ (SOLANO 2018, 2021, CESARINO 2019, ROCHA, 2018; LACERDA, 2019) uma das primeiras perguntas que vem à mente é: O que é o “bolsonarismo”? Como entender este fenômeno? Um ponto que exige atenção é a diferenciação entre bolsonaristas e eleitores de Jair Bolsonaro: nem todo mundo que votou em Bolsonaro pode ser entendido como bolsonarista, isto é, a relação Bolsonaro-bolsonarismo é contingencial (ROCHA, 2018, SOLANO, 2021).

É importante ressaltar, que por ser um evento recente, não há um consenso na academia sobre como definir o bolsonarismo. Para este artigo, baseado nos trabalhos de estudiosos do tema (SOLANO, 2021; KALIL, 2021; ROCHA 2018, LACERDA, 2019, CESARINO, 2019), o bolsonarismo é entendido como um fenômeno que não se constrói apenas como um elemento de negação da subjetividade política alheia, mas

⁵ O artigo utilizará o termo “apoiadores de Bolsonaro” quando se tratar, principalmente, dos influenciadores digitais selecionados, pois na maior parte das vezes é assim que eles se definem, embora também se coloquem como bolsonaristas. Já quando se trata de analisar o fenômeno político-social de modo geral, apoiadores de Bolsonaro e bolsonaristas serão utilizados como sinônimos, seguindo a interpretação de estudiosos do fenômeno (Solano 2018, 2021, Rocha, 2018, Kalil, 2018, 2021).

também como um elemento de empoderamento da subjetividade de direita (SOLANO, 2021; KALIL, 2021, CESARINO, 2019, NICOLAU, 2020).

Um enfoque político-social e eleitoral que se formou sobre elementos bastante consolidados nas estruturas sociais brasileiras, e que por isso deve ser entendido como algo maior do que a família Bolsonaro (SOLANO, 2018 e 2021, CESARINO, 2019, KALIL, 2018); ele refere-se a um fenômeno compósito, um conjunto de tendências sociais relativamente independentes entre si, que convergiram numa identidade político-social comum (MIGUEL, 2018; SOLANO, 2018, KALIL 2018, CESARINO, 2019).

As bases de formação do bolsonarismo se aproveitaram das oportunidades políticas (TARROW, 2009 [1998]; TILLY, 2010) e discursivas existentes (DELLA PORTA e CAIANI, 2018), isto é, da conjuntura política brasileira e da difusão de certos valores que encontraram respaldo na sociedade.

Assim, “A decepção com o PT, o descrédito do sistema político brasileiro em seu conjunto, a potência da narrativa anticorrupção da Operação Lava Jato” (SOLANO, 2021, p.52), o esvaziamento do PSDB, as crises econômicas (HUNTER e POWER, 2019) e o protagonismo dos militares (LEINER, 2020), forjaram o cenário propício para o fortalecimento desse fenômeno político, que dialoga com anseios de parte da população, como o discurso anti sistêmico, anti esquerdismo, de combate ao inimigo, contra as pautas identitárias, em defesa da militarização e da moralização da esfera pública, pautada na cristianização e na família tradicional (MACHADO, SCALCO, 2018; NICOLAU, 2020; SOLANO, 2018; LACERDA, 2019).

Dentre as estratégias adotadas durante a campanha de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, destaca-se a mobilização de temores históricos em relação às crises econômicas, acompanhado de uma combinação de uma alegada “ameaça comunista” e a necessidade de uma cruzada moral "anti-gênero” para ajudar a reunir apoio na oposição ao Partido dos Trabalhadores (CORRÊA e KALIL, 2020). A mobilização política de medos não se limitou ao contexto eleitoral, encontrando amplo espaço durante o governo de Jair Bolsonaro, destacadamente no período da pandemia de Covid-19 (KALIL, 2021).

Apoiando-se em estudiosos do tema (KALIL, 2021, CESARINO, 2019, WODAK, 2015), o artigo segue o entendimento de que a mobilização política de medos, que se apoia na desinformação e nas teorias da conspiração não deve ser analisada simplesmente na chave da irracionalidade, pois é preciso se atentar à sua dinâmica, que permite a construção de grandes estruturas narrativas (WODAK, 2015). Neste entendimento, a mobilização política de medos atendem aos interesses de manter o pânico moral (KALIL, 2021), podendo, assim, reforçar uma perspectiva específica em relação ao Estado, governos, sociedade e à noções associadas à palavra democracia.

Este artigo está dividido, para além desta introdução e da conclusão, em três seções. Inicialmente serão apresentadas as principais teorias que fundamentaram a pesquisa, assim como a apresentação da metodologia empregada. Em seguida serão apresentados e analisados os enquadramentos encontrados na pesquisa. Na conclusão, discuto os resultados encontrado, levando em consideração seus limites e outras possibilidades para futuros estudos.

2 - Fundamentação Teórica e metodológica

Para além de apenas um fenômeno partidário eleitoral, o artigo analisa o bolsonarismo como um fenômeno político-social, para tanto, se embasou nas reformulações recentemente realizadas pela literatura (DELLA PORTA, 2018; ROCHA, 2018, SOLANO, 2019) para investigar o enquadramento teórico dos chamados movimentos sociais de direita. Essas inovações teóricas mantêm os pressupostos estruturadores da chave “conflito-identidade-vínculos” da teoria clássica, mas redefinem sua implementação⁶. Pois entendem que esses pressupostos são agora articulados a “outros repertórios de conflito, novos conteúdos de construção identitária e vínculos alternativos àqueles que conectam a sociedade civil” (MONTEVECHI, 2021, p.2).

Para compreender como se comporta as redes bolsonaristas no *Youtube* e como os atores que se denominam bolsonaristas se apropriam, disputam e mobilizam

⁶ No caso dos movimentos da nova direita, assim como no bolsonarismo, os termos do conflito são reformulados, de modo que, diferente da análise clássica de Tarrow (2009), os “desafiantes” não são necessariamente desprovidos de poder (Rocha, 2018, Montevechi, 2021).

discursos sobre a democracia e qual o papel da noção de liberdade neste processo de criação de sentido, o artigo realizou uma análise de enquadramentos interpretativos.

2.1 – Enquadramento Interpretativo

Enquadramentos interpretativos são o conjunto de princípios que organizam a apreensão de acontecimentos sociais específicos, assim como a forma pela qual os atores agem subjetivamente frente a estes acontecimentos (TARROW, 2009[1998]).

Os enquadramentos só podem existir se compartilhados coletivamente, assim os quadros interpretativos não podem ser entendidos como meras junções de indivíduos e seus ideais (SNOW e BENFORD, 1988), pois os quadros se formam a partir do compartilhamento negociado de ideias e ações.

Para o estudo de enquadramento, o artigo parte do entendimento das molduras interpretativas como sendo compostas por três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional (BENFORD & SNOW 2000; SNOW & BYRD 2007). Por meio do enquadramento de diagnóstico interpreta-se determinada situação como um problema social e, mais especificamente, como uma injustiça, identificando os culpados pela existência desta situação. Por meio do enquadramento de prognóstico as soluções para os problemas são identificadas. Por fim, o enquadramento motivacional é o responsável pela construção de mensagens que estimulem os indivíduos enquadrados como vítimas a se engajem (BENFORD & SNOW 2000).

Uma análise de enquadramento interpretativo aplicado aos discursos dos apoiadores de Jair Bolsonaro permitirá identificar os mecanismos relacionais, cognitivos, e afetivos por meio dos quais as entradas contextuais são filtradas e adquirem significado (CAIANI & DELA PORTA, 2018). Sendo assim possível identificar os quadros através dos quais os atores que apoiam Bolsonaro constroem e comunicam suas realidades externas, o que lhes serve de partida para diagnóstico de problemas comuns e para a mobilização de estratégias e ações.

2.2 – O ativismo e os influenciadores digitais

Para que as pautas políticas mobilizem e consigam adeptos é necessário conformar redes de conexão (DELLA PORTA & CAIANI, 2018), que possibilitem a circulação dos discursos, a promoção de significados comuns e o entendimento sobre a urgência da ação. Daí a importância das redes digitais de interação, que permitem a rápida difusão de ideias, de forma mais descentralizada e capilarizada (BOYD & CRAWFORD, 2012; O'Neil, 2016).

A literatura sobre movimentos sociais vem se preocupando cada vez mais com os impactos dos usos das redes digitais nas formas de organização (VILLAÇA, VON BULLOW, ABELIN, 2015), nos processos de recrutamento e nos repertórios de ação coletiva.

É preciso, no entanto, atentar-se para o fato de que os entendimentos sobre os impactos dos meios digitais na ação coletiva não são homogêneos (VILLAÇA, VON BULLOW, ABELIN, 2015). Por exemplo, há aqueles que acreditam no potencial da internet para fortalecer a democracia (BENKLEY, 2006), de outro lado, aparecem os que consideram que a internet reflete apenas as desigualdades sociais já existentes. Geralmente, estes reduzem a internet a uma forma de controle (MOROZOV, 2011; O'NEIL, 2016; ZUBOFF, 2019) ou advogam que a intensificação de seu uso não pode ser associado ao aumento do ativismo político (BIMBER, 1998).

A despeito das controvérsias em torno do ativismo digital, Bennett e Sergeberg (2013) argumentam que as novas tecnologias de informação e comunicação vem promovendo alterações estruturais nos movimentos. Estudos mais recentes (BOULIANNE, 2009; VILLAÇA, VON BULLOW, ABELIN, 2015) concebem a internet como uma arena multidimensional, capaz de potencializar determinadas questões do campo social, cujos resultados dependem da capacidade de mobilização e organização de ações coletivas em diferentes contextos.

Neste cenário, os estudos sobre os impactos do uso da internet na ação coletiva não podem ser negligenciados, principalmente no que se refere aos estudos sobre as plataformas digitais, sejam elas entendidas como facilitadoras da organização de

movimentos sociais tradicionais (BENNET & SEGERBERG, 2012), como um novo repertório de ação (VILLAÇA, VON BULLOW, ABELIN, 2015), ou a partir do seu potencial de criar engajamento (von Bulow & Dias, 2019) e desenvolver novas identidades coletivas (GERBAUDO, 2012).

Parte da literatura que estuda o ativismo digital, principalmente os que focam nos casos da *Occupy* e da Primavera Árabe, enfatiza o caráter horizontal e espontâneo desses movimentos (VILLAÇA, VON BULLOW, ABELIN, 2015), ressaltando como a internet contribuiu para a emergência desses novos estilos de ação coletiva, que rejeitam lideranças e tendem a tomar decisões de maneira menos hierárquica (CASTELLS, 2013).

Entretanto, não é consenso no estudo de movimentos sociais a noção de liderança horizontalizada. Para Gerbaudo (2012), por exemplo, existem lideranças, mesmo que não rígidas, como coordenadores digitais, que catalisam certas energias políticas, formando o que o autor chama de coreografias, que vão criar elementos de união.

A ideia de horizontalidade tem ficado cada vez mais distante na prática, porque há uma profissionalização dos chamados coordenadores ou influenciadores digitais. Afinal, diferente do que possa parecer para o amplo público, esses influenciadores digitais mobilizam equipes especializadas, que envolve não só a produção de conhecimento, mas uma expertise profunda sobre como as redes operam, suas mudanças e adequações. A capacidade de propulsionar as mensagens nas redes e conseguir adesão se organiza em um duplo sentido, qual seja, para dentro dos sistemas digitais e para fora, em direção às subjetividades que pretende alcançar. Assim, é preciso conhecer os algoritmos, suas diretrizes e flutuações para operar de forma eficiente, ao mesmo tempo que é preciso haver a capacidade de manusear técnicas de gestão das subjetividades dos indivíduos.

No caso do ativismo digital dos apoiadores de Bolsonaro, a liderança não é horizontalizada, vez que existem perfis, contas e canais que possuem preponderância na difusão e na repetitividade dos discursos, como é o caso dos influenciadores digitais (DIAS E VON BULLOW, 2019; RECUERO, 2019).

Os influenciadores digitais são importantes no processo de popularização e circulação dos discursos no ambiente digital (MESSEMBERG, 2017), dada a sua capacidade de mobilizar enquadramentos que reduzem a complexidade social a níveis manejáveis pelo indivíduo comum, sinalizando a injustiça de uma dada situação, vinculando-a a símbolos e apresentando-a como um problema que requer mobilização (SNOW E BENFORD, 2000).

Portanto, os influenciadores digitais são emissores legitimados pelo meio social receptor, por serem distinguidos como “dotados de opinião autorizada, identificados como agentes com grande competência interpretativa da realidade”, o que os torna “pautadores dos interesses e das prioridades informacionais de sua audiência e intérpretes de sua vida cotidiana e da política” (MESSEMBERG, 2017, p. 626).

Dado o papel central dos influenciadores digitais em produzir e colocar os conteúdos em circulação, assim como em gerir as discussões, a análise dos discursos propagados nas redes digitais pelos influenciadores que apoiam Bolsonaro permite uma melhor compreensão sobre como eles mobilizam as tensões entre a liberdade individual e as instituições democráticas de modo a negociar e disputar significados (MELUCCI, 2001) sobre a democracia.

2.3 – O Youtube

YouTube é um site e aplicativo de vídeos que tem sido cada vez mais reconhecido como espaço de veiculação de conteúdos políticos (SAMPAIO, MARIOTO, NICHOLS E KLEINA, 2020), sendo amplamente utilizado no Brasil. Criado em 2005 e comprado pelo Google em 2006, o *YouTube* vem sendo apontado por diversos estudiosos como uma plataforma de disseminação de ideias conservadoras e reacionárias (NETO, 2019; MESSEMBERG, 2017), principalmente por causa do sistema de recomendação de vídeos, que auxilia a criação de redes de visualização e amplia o contato com outros vídeos de mesmo tema (SAMPAIO, MARIOTO, NICHOLS E KLEINA, 2020).

O que está em pauta no *YouTube*, diferente do que ocorre no *Twitter* ou *Instagram*, para citar apenas dois exemplos, não é apenas a divulgação de uma narrativa, mas principalmente a criação de argumentos que fundamentem as interpretações sobre certos temas (REIS, ZANETTI e FRIZZERA, 2020). Por isso, o *YouTube* aparece como um objeto importante para se entender a mobilização de enquadramentos e a produção de significados que ocorre no âmbito da atual direita no Brasil, mais especificamente, dos apoiadores de Jair Bolsonaro.

2.4 – Metodologia

A pesquisa utilizou um *dataset* formado por oito vídeos do *Youtube* sobre a prisão do deputado Daniel Silveira, do Canal Te atualizei e Canal Hipócritas, os quais foram analisados através do *Youtube Data Tools* (YTDT)⁷.

A seleção dos canais obedeceu a duas características. Primeiro, são canais que divulgam e analisam notícias de conteúdo jornalístico através do humor. Segundo o número de inscritos e número de interações, que são dois parâmetros importantes para se analisar o poder de alcance e interação dos canais (REIS, ZANETTI e FRIZZERA, 2020). Por isso, foram selecionados os canais que possuíam muitos inscritos (mais de 1 milhão de inscritos), com alto grau de interação, principalmente no que diz respeito a curtidas e comentários.

O uso do humor se torna interessante, neste contexto, dado que as relações de brincadeiras, piadas e provocações são utilizadas “para fomentar laços identitários de um indivíduo. Diferente de outras emoções que ocorrem em isolamento social (como fome ou medo), o humor é eminentemente social” (GUARÉ, 2019, p. 95).

Além do mais, através do humor a violência retórica é camuflada, tanto como uma forma do vídeo ser aceito pela plataforma, quanto uma forma de “memetização” (Guaré, 2019) da política, de modo a criar conteúdos que tratam temas polêmicos como

⁷ Para mais detalhes acessar: <https://tools.digitalmethods.net/>. Acesso em 10 junho de 2020.

engraçados e de fácil apreensão, o que amplia o potencial de circulação e engajamento do conteúdo (SAMPAIO, MARIOTO, NICHOLS E KLEINA, 2020).

Abaixo é apresentada uma síntese geral sobre os canais:

1-Te atualizei: apresentado por Bárbara Zambaldi Destefani e ativo no *YouTube* desde 2012, o canal possuía 1,22 milhão de inscritos em julho de 2021. No *YouTube* se define como “mãe acima de tudo, esposa, irmã, filha, neta (...) Amo política e quando a gente fala de algo que ama a gente fala bem; o deboche é só a lei do retorno”⁸. A proposta do canal é comentar as principais notícias que ocorreram na semana, sempre com um tom de humor e sarcasmo. A tabela abaixo representa os dados do canal⁹.

TAB.1: Informações do Canal Te atualizei

Inscritos	Vídeos vistos	Média comentário	Média <i>like</i>	Média <i>dislike</i>	Periodicidade
1.22 milhões	11297455 2	5607	72459	415,5	Semanal

Fonte: Elaboração Própria

2-Hipócritas: canal surgiu em 2014, protagonizado por Bismark Fugazza, Paulo Souza e Augusto Pacheco, tem como proposta comentar as notícias do cotidiano com sátiras e muito humor. Em junho de 2021 possuíam 1,18 milhão de inscritos, tendo como proposta “um humor limpo”. E, segundo o site do Canal “oferecendo

⁸ Canal Te atualizei: <https://www.youtube.com/channel/UCXRIQok8uzYtg1TPwSqikVg>. Zambaldi teve a identidade requisitada ao Twitter pelo ministro Alexandre de Moraes no inquérito das fake news que corre no STF (Supremo Tribunal Federal), ver em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/29/donos-de-perfis-anonimos-alvo-do-stf-encontraram-se-com-bolsonaro-e-helena.htm>. Acesso em 20 de junho de 2021.

⁹ Estes dados foram extraídos a partir do YouTube Data Tools, que permite que através da sua Application Programming Interface (API) sejam extraídos vários tipos de dados. A extração para este estudo foi feita através Módulo Channel Info que permitiu o acesso a dados de classificação e uma série de metadados dos vídeos, incluindo o seu “título”, “canal”, “descrição”, “categoria”, “data”, “visualizações”, “gostos”, “desgostos” e “favoritos”.

entretenimento na contramão da cultura contaminada pelo ‘politicamente correto’ e pela tendência contemporânea de inverter valores socioculturais, geralmente com finalidades políticas de manipulação social”¹⁰.

TAB.2: Informações do Canal Hipócritas

Inscritos	Vídeos vistos	Média comentário	Média <i>like</i>	Média <i>dislike</i>	Periodicidade
1.180.000 milhão	90789870	2451	49506	379	Semanal

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à coleta de dados, foram escolhidos os vídeos que abarcam a prisão do Daniel Silveira produzidos entre fevereiro e março de 2021. Para a seleção dos vídeos foram usadas as palavras chaves “Daniel Silveira”, “justiça” e “liberdade”, na descrição, no título ou no assunto.

Em um primeiro momento, foi realizada uma análise indutiva de todas as publicações. Como indica a literatura (SALDAÑA, 2009), antes de realizar a seleção é importante nos familiarizarmos com o material. Assistir aos vídeos, ler e reler as anotações é um processo preliminar necessário.

Após a seleção dos vídeos, estes serão transcritos, lidos e relidos, e a partir da transcrição foi realizada a codificação¹¹ do material, tendo como metodologia a *Grounded Theory* (GT), também conhecida como teoria fundamentada em dados, a partir de um debate teórico metodológico de enquadramento interpretativo (SNOW e BENFORD, 2000). Na organização e análise do material foi utilizada a ferramenta *Atlas.ti*.

¹⁰ Canal Os hipócritas: <https://www.youtube.com/user/canalhipocritas>. Site do canal: <https://canalhipocritas.com.br/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

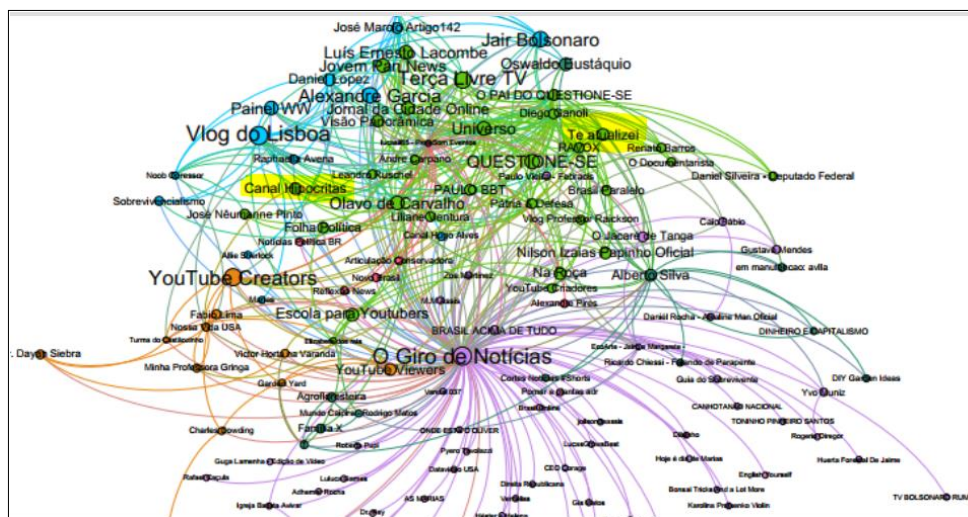
¹¹ Codificar não é apenas rotular, consiste em relacionar ideias e dados, trata-se de processos heurísticos, exploratórios e analíticos de solução de problemas, por meio dos quais os dados são divididos, conceitualizados, e integrados (Saldaña, p.8).

Esse artigo não fez uso do método etnográfico, mas foi de extrema importância realizar um processo intensivo e iterativo de familiarização com o objeto de estudo.

3. Apresentação dos resultados

Antes de iniciar a codificação, pareceu-nos fundamental determinar a posição dos canais selecionados dentro da rede de apoiadores de Bolsonaro, a fim de entender o ambiente no qual a análise se insere. Realizou-se uma análise a partir do módulo *Channel network*¹², da ferramenta *Youtube Data Tools*. Constatou-se que os dois canais selecionados se inserem na mesma comunidade, formada por diversos outros nós, dos quais se destacam os canais Olavo de Carvalho, de Luís Ernesto Lacombe e Terça Livre TV. É interessante notar que a comunidade na qual estão os canais analisados se aproxima de uma outra comunidade na qual os nós de maior destaque são os de Jair Bolsonaro, Vlog do Lisboa e Alexandre Garcia. Conforme se pode verificar na imagem abaixo:

Imagem I – Grafo das redes de canais bolsonaristas, criado a partir dos canais Te atualizei e Canal Hipócritas



Fonte: Elaboração própria, a partir do Gephi.

¹² O módulo *Channel network* raspa os dados de uma rede de canais conectados através de dois tipos de relações entre os canais: Canais em destaque, que são canais relacionados e listados como destaque em determinado canal; e inscrições, canais podem se inscrever em outros canais e assim formar uma relação. Dessa forma, o módulo de extração de rede de canais permite através dessas duas possibilidades formar grafos entre os nós (canais).

A partir das redes de conexões é possível constatar que os canais analisados se inserem no campo bolsonarista que tem como tema central as pautas de costumes, o que é comumente denominado pela mídia de grupo ideológico, para os diferenciar dos grupos dos militares e dos grupos religiosos.

A ideia de uma separação necessária entre as diferentes alas dentro do bolsonarismo encontra controvérsias na literatura, dada relações que existiram entre Olavo de Carvalho e parte do exército (LEINER, 2020). Desde a redemocratização muitos militares se ressentiram com a perda de protagonismos, principalmente a partir dos governos petistas, e uma das figuras que participaram da formação ideológica dos grupos ressentidos dentro do exército foi Olavo de Carvalho (LEINER, 2020). Ele proferiu palestras nos quartéis desde 1990, ganhou a medalha do pacificador em 1999, participou do projeto história oral do exército na revolução de 64, ocorrida em 2002 e frequentou o clube militar a partir das eleições de Lula (LEINER, 2020). Por isso aquela divisão entre uma ala ideológica e uma ala técnica não seria tão rígida assim.

Ainda no intuito de classificar os canais e, tendo como base a análise de Solano (2021), nos pareceu adequado classificá-los como apoiadores “fiéis” de Jair Bolsonaro, que são aqueles que promovem uma defesa mais árdua do “mito” e entendem o fechamento do STF e do Congresso como formas de aprimorar a democracia brasileira. Os apoiadores “fiéis” de Bolsonaro costumam, em seus discursos, negociar significados em torno da democracia e sobre o papel da liberdade, a partir da ideia de uma “verdadeira” democracia (SOLANO, 2021; KALIL, 2021; LACERDA, 2019).

Além do mais, embora os representantes dos canais selecionados, também denominados influenciadores digitais, se coloquem como tementes a Deus e defensores da ordem, não se apresentam como representantes de uma instituição (como a dos militares, ou de uma igreja específica), apresentando-se como “cidadãos comuns que falam para cidadãos comuns”, o que pode ampliar o alcance dos discursos.

Para explicitar como os canais selecionados veicularam noções associadas à palavra democracia no caso da prisão do Deputado Federal Daniel Silveira, realizou-se a codificação do conteúdo propagado nos vídeos selecionados. O quadro a seguir apresenta os códigos e categorias encontrados.

TAB.3: Códigos e categorias dos vídeos sobre a prisão de Daniel Silveira no primeiro semestre de 2021, do canal Te Atualizei e Canal Hipócritas

Códigos	Categorias							
	Caso Daniel	Injustiça	Motivação	Nação	Oposição	Sobre o Legislativo	Sobre o STF	Solução
	Não devia ser preso	Estão nos fazendeiros bobos	Quem fala a verdade não merece castigo	Bolsonaro não cumpre o que promete	Dória é corrupto e autoritário	Autoritário	Ameaça a nossa liberdade	Impeachment de Alexandre de Moraes
	STF foi parcial	Nós não temos voz	Querem os respeito pela democracia	Bolsonaro tem projeto de nação	Esquerda é hipócrita e golpista	Corrupto	Ameaça os demais poderes	Juízes justos
		Nossos direitos não são respeitados	Supremos é o povo	Brasil é a terra da impunidade	Mídia hipócrita e tendenciosa	A maioria é hipócrita	Autoritário	Nos armados
		O STF nos está enganando	Vamos mudar a história	Corrupção impede Brasil	Não tem apoio da população	Se dobrou ao STF	Controla o Brasil	Violência contra a tirania

		ndo	Brasil	de crescer				
		STF foi parcial no caso do Daniel		O Brasil não é uma democr acia de verdade			Corrupt os	Mais Brasil e menos Brasília
				Populaç ão apoia Bolsona ro			Interfere nos demais poderes	
				Povo brasileir o é censura do			Não é imparcia l Não votamos neles	
							Não é imparcia l	
							Persegu e	

							Bolsona ro e seus apoiador es	
							Politizaç ão do judiciári o Proteção do PT	
							Silencia a populaç ão	
							Viola a Constitu ição	

Fonte: Elaboração Própria

Como o estudo de enquadramento empregado neste artigo parte do entendimento das molduras interpretativas como sendo compostas por três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional (BENFORD & SNOW 2000), o primeiro ponto é entender como a injustiça é caracterizada nos vídeos, para em seguida analisar as soluções propostas e, assim, como os atores são motivados para a ação.

Para que a apresentação dos resultados seja mais clara, primeiro serão apresentadas as relações entre os códigos encontrados, tendo como base a análise de coocorrência¹³, para em seguida apresentar uma análise preliminar destas relações.

I - Caracterização da Injustiça:

Com relação à categoria *Injustiça*, as relações encontradas foram as seguintes: O código “nossos direitos não são respeitados” (injustiça) tem coocorrência de 0,25 com o código “autoritário” da categoria *Sobre o legislativo*, assim como tem coocorrência de 0,29 com o código “corrupto” da mesma categoria. Se levarmos em consideração a categoria *Sobre o STF*, encontramos que o código “nós não temos voz” (injustiça) tem coocorrência de 0,27 com “ameaça a nossa liberdade”, de 0,24 com “autoritário”, de 0,30 com “controla o Brasil”, de 0,21 com “corruptos” e 0,30 com “silencia a população”.

O código “STF foi parcial” (Caso Daniel) tem coocorrência de 0,11 com o código “Brasil é a terra da impunidade”. Os códigos “nós não temos voz” (injustiça) e “nossos direitos não são respeitados” (injustiça) tem uma coocorrência, respectivamente, de 0,25 e 0,33 com o código “o Brasil não é uma democracia de verdade” (nação); de 0,36 e 0,33 com “somos censurados” (nação).

Portanto, os discursos analisados procuram mostrar que o STF foi parcial no caso do Daniel Silveira, mas não apenas isso, vez que há nas narrativas a ideia de que a parcialidade é o modo que o STF opera, sendo a causa do Brasil ser a terra da impunidade.

Os vídeos afirmam também que os cidadãos brasileiros não tem voz e seus direitos não são respeitados, vez que são censurados pelo legislativo e pelo judiciário, instituições autoritárias e corruptas. É interessante perceber que o código que mais

¹³ O coeficiente de coocorrência mostra a frequência com que os códigos estão relacionados. É um número entre 0 e 1. Quanto maior ele for mais forte é a relação entre os dois códigos. Segundo os padrões do Atlas.ti uma correlação com coeficiente acima de 0,2 é considerada forte.

aparece tanto na categoria *Sobre o STF* quanto em *Sobre o legislativo* é “autoritário”, com 13 e 5 aparições, respectivamente; e em segundo lugar é “corrupto”, com 4 e 9 aparições, respectivamente.

Entre as passagens em que legislativo e judiciário são relacionados com corrupção e autoritarismo, cito uma do Canal Hipócritas, do vídeo “Danilo Gentili Preso”¹⁴, que demonstra bem a posição: “Sabe quando você é criança e faz merda e seu irmão viu tudo o que você fez, mas ele também fez merda e você também sabe o que ele fez? Aí, ninguém pode contar nada para o papai e para a mamãe, é mais ou menos isso, mas com agravante: STF e câmara não são os filhos, eles são os pais. Pais canalhas e corruptos, e com todo o poder, o poder para criar as regras da casa, para julgar e para castigar os filhos, que advinha só, somos nós. Mas eles são aqueles pais completamente desequilibrados”.

É importante ressaltar que embora os vídeos tratem do Congresso, eles dedicam mais atenção para o papel do STF, no que diz respeito à produção de injustiças ao povo brasileiro. Nos vídeos analisados é constante a ideia de que o judiciário ameaça a liberdade da população, age de modo autoritário, censura, corrompe, enfim, controla o país. Segundo os vídeos, o próprio legislativo se curvaria perante o judiciário, tanto que o código (STF) “interfere nos demais poderes” tem coocorrência de 0,14 com o código (legislativo) “se dobrou ao STF”.

A acusação de influência do STF no legislativo pode ser percebida em duas passagens que ilustram bem este ponto: (i) “Pois é gente, só faltou um tiquinho de colher para fazer isso na votação do Daniel, o que evitaria toda esta fadiga e constrangimento, porque sim Câmara, desculpa, está um constrangimento danado, você não perceberam não? Por que não discutir a limitação do supremo em outros poderes? Porque não discutir o mandado de dez anos para os ‘mimistros’¹⁵?” (ii) “Os deputados serão açoitados na praça dos três poderes como sinal da compaixão do nosso senhor Alexandre, que poupou as suas vidas benevolmente, decidindo apenas os fustigar

¹⁴ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zpbadnjMzuM>. acesso em 20/06/2021.

¹⁵ Transcrição livre do vídeo “Presidente botando ordem, exposed canhota, pec da impunidade, Barroso barrosando e mais” disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UllCrBVnYbU>, acesso em 20/06/2021.

com 40 chibatas, sendo que o instrumento utilizado no castigo, o açoite, ele foi feito com pedaços rasgados da constituição brasileira, os outros 364 deputinhas, desculpe, deputados, esperam que o castigo aplaque temporariamente a ira da vossa excelência, Alexandre, o Glande”¹⁶.

Ao analisarmos especificamente as características que os vídeos atribuem ao STF encontramos que os dois códigos que mais se relacionam com a categoria *Injustiça* são “autoritário” e “controla o Brasil”, com grau de coocorrência de 0,29 e 0,30, respectivamente. E quando se trata da relação com a categoria *Nação*, constatamos que: (a) o código “o Brasil não é uma democracia de verdade”(nação) apresenta coocorrência de 0,43 com “autoritário”, de 0,38 com “interfere nos demais poderes” e de 0,33 com “controla o Brasil”; (b) o código “somos censurados” (nação) apresenta coocorrência de 0,42 com “ameaça a nossa liberdade”.

A partir das relações expostas acima é possível inferir que os vídeos defendem o entendimento que o Brasil não é uma democracia de verdade por causa da atuação inapropriada do STF, que por ser autoritário, interfere nos demais poderes, ameaça a liberdade dos cidadãos e, assim, controla o Brasil. Nesta interpretação, o STF que deveria ser o protetor da Constituição é o promotor de injustiças.

É interessante perceber que esta postura de uma “guerra” contra um inimigo interno que deve ser desmascarado e combatido remete ao conceito de guerra híbrida, expressão cunhada em 89 que diz respeito a tática político-militar dos EUA (LEINER, 2020), baseada nas ideias de guerras fluídas, descentralizadas e simétricas, para substituir governos não alinhados.

Um dos modelos da guerra híbrida é o golpe brando preparado através da propaganda, estudos psicológicos, redes sociais, que tem por objetivo desestabilizar o governo através de manifestações de massa, e apresenta reivindicações abstratas, como democracia e liberdade.

A ideia é fomentar uma mente de colmeia (LEINER, 2020), isto é, cria-se a percepção de que ao agir, o indivíduo se comporta de maneira plenamente livre e

¹⁶ Transcrição livre do vídeo “Alexandre, o Glande”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Zlj0yQGvhik>, acesso em 20/06/2021.

individual, sem que haja a percepção da motivação externa, coletiva que permeia a ação, daí a impressão que as reivindicações sociais são horizontalizadas, orgânicas, sem hierarquias.

É interessante notar que os ares da guerra híbrida já rondavam o exército brasileiro em 2012 (LEINER, 2020), quando foi lançado o chamado *projeto de força do exército brasileiro* (ProForça)¹⁷, que incluía no âmbito do exército “novas ameaças”, tais como terrorismo, narcotráfico, crime organizado, proliferação de armas de destruição em massa, ataques cibernéticos, questões relativas a etnias, movimentos sociais e de cunho revolucionário ou ideológico. Há neste projeto do exército a divulgação da existência de um inimigo interno e o reconhecimento da importância das guerras digitais para a conquista da opinião pública e para o êxito das operações. E, nesta guerra interna todos são soldados, e devem fazer a sua parte¹⁸.

A percepção de que todos são soldados aparece frequentemente nos discursos dos apoiadores de Jair Bolsonaro, que se autodenominam “patriotas” e se colocam como estando em uma guerra moral e cultural contra a corrupção e a esquerda (BIROLI, MACHADO, e VAGGIONE, 2020). Por isso, seguindo as interpretações dos vídeos analisados, como em vez de viver em uma democracia vivemos em um país de impunidades, algo precisa ser feito.

II - Soluções Propostas

Ao se relacionar a categoria *Soluções* com a categoria *Nação* encontramos que as principais soluções propostas são “impeachment de Alexandre de Moraes” (coocorrência de 0,14) e “mais Brasil e menos Brasília” (coocorrência de 1,0). Quando relacionamos com a categoria *Sobre o STF*, os códigos que mais aparecem são “violência contra a

¹⁷ Para mais detalhes: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facccc&groupId=1094704.

¹⁸ É importante ressaltar que não há consenso na literatura sobre a existência ou não de uma guerra híbrida no Brasil e mesmo sobre qual a viabilidade do uso deste conceito, para mais detalhes ver Leiner, 2020.

tiranias” (coocorrência de 0,38), “mais Brasil e menos Brasília” (coocorrência de 0,17) e “vamos nos armar de argumentos” (coocorrência de 0,11).

A partir das relações expostas acima é possível perceber que há dois campos de soluções propostos: Em algumas passagens dos vídeos aparece como solução a reformulação dos integrantes do judiciário e do legislativo, como pode ser ilustrado pela seguinte passagem: “Nós não queremos que o STF seja fechado, como vários estabelecimentos de comerciantes nesta pandemia. Nós só queremos e merecemos juízes justos”¹⁹. Aqui está a ideia de que para criar “o Brasil que todos sonhamos” é preciso lutar e “ocupar o espaço das mídias”, sendo que “nessa guerra, não precisamos de armas, mas das nossas vozes”, frases propagadas durante as manifestações de rua a favor do “voto impresso”, que ocorreu em 01 de agosto de 2021, e que dialogam com este tipo de solução veiculada nos vídeos analisados²⁰.

Já em outras passagens dos vídeos, a solução proposta é a violência, de modo a ressaltar a necessidade e, mesmo, a legitimidade do povo de se rebelar e atacar o legislativo e o STF, conforme ilustra a seguinte passagem: “Se a população entrasse e socasse, é antidemocrático, óbvio. Mas a democracia é a vontade da maioria, se a maioria achar que uns bons socos são uma boa ferramenta contra a tirania, estes socos seriam democráticos? Eu só estou fazendo uma pergunta, por favor, quero saber a sua opinião, o que você acha disso?”²¹.

Aqui encontramos a noção da violência redentora (MANSO, 2020), que diz respeito ao estabelecimento da ordem independente do crime que seja cometido para alcançá-la, e propõem soluções totalmente afastadas dos ritos legais e processuais.

¹⁹ Transcrição livre de parte do vídeo “STF, vem cá, precisamos conversar”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p-sU5f4uxPQ>, acesso em 20/06/2021.

²⁰ Durante as manifestações de rua 01 de agosto de 2021, a pesquisadora Thatiane Moreira, uma das autoras do artigo, realizou observação durante o evento em Campinas/SP. Para mais detalhes consulte <https://reflexaoesociedade.blogspot.com/2021/08/que-democracia-e-essa.html>. Acesso em 01 de agosto de 2021.

²¹ Transcrição livre do vídeo “DANILO GENTILI PRESO”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zpbadnjMzuM>, acesso em 20 de jun. de 2021

III - Relação entre a injustiça e o motivacional:

Partindo da premissa que a percepção das injustiças (prognósticos) motiva a ação, vez que o enquadramento motivacional é o responsável pela construção de mensagens que estimulem os indivíduos enquadrados como vítimas (ou aqueles que atuam em seu nome) a se engajem, faz-se necessário perceber como a relação injustiça/motivação aparecem nos vídeos.

A relação entre os códigos são as seguintes: “Estão nos fazendo de bobos” (injustiça) tem coocorrência de 0,17 com “Estamos cansados de usar nariz de palhaço” (motivacional) e de 0,18 com “supremo é o povo” (motivacional). E o código “nós não temos voz” (injustiça) tem coocorrência de 0,20 com “queremos o respeito pela democracia” (motivacional), e de 0,15 com “vamos mudar a história do Brasil”. Já o código “nossos direitos não são respeitados” (injustiça) tem coocorrência de 0,13 com “queremos respeito pela democracia” (motivacional) e de 0,20 com “vamos mudar a história do Brasil” (motivacional). Já o código “STF está nos enganando” (injustiça) tem coocorrência de 0,17 com o “supremo é o povo” (motivacional).

A partir do exposto acima podemos inferir que os discursos afirmam que o povo brasileiro está cansado de usar nariz de palhaço, que está cansado de ser silenciado, de ter seus direitos desrespeitados. Os discursos afirmam também que o legislativo e, principalmente o judiciário estão fazendo os brasileiros de bobos, engando-os reiteradamente, mas isso não pode continuar assim, porque o único supremo nesta história é o povo brasileiro.

Seguindo a interpretação dos vídeos, o povo brasileiro deve exigir que o legislativo e o judiciário respeitem a democracia, deve agir para mudar a história do Brasil. Aqui é possível perceber a ideia de que a preservação da democracia e a melhoria do Brasil não estão nas mãos das instituições democráticas. Não é o fortalecimento das instituições democráticas que asseguram e fortalecem a democracia, mas sim o fortalecimento do povo brasileiro.

O povo tem poder, mas as instituições democráticas brasileiras, que aqui dizem respeito ao STF e ao Congresso Nacional, tentam não apenas tolher o poder do povo,

censurando e silenciando sua voz, mas também impedindo que o povo perceba a sua verdadeira força. É interessante notar que de acordo com a acadêmica (ROCHA, 2018, SOLANO, 2018, KALIL, 2018), a noção de povo mobilizada pelos apoiadores de Jair Bolsonaro se restringe ao que eles entendem como cidadão de bem, ou seja, excluí parte dos brasileiros.

O entendimento de que as opressões sofridas pelo Supremo e pelo Congresso têm apenado o povo pode ser ilustrado na seguinte passagem do vídeo “Danielo Gentili Preso” do Canal Hipócritas: “Você percebe o cenário onde nós estamos, somos os filhos sem voz, porque eles não nos dão ouvidos, torturados e espancados e famintos (...) [e ao filho que se revolta] a mamãe câmara já providenciou o castigo, já encaminhou para o papai STF: ‘Você endoidou moleque? Você não sabe com quem você está falando? Não sabe mais? Eu vou ter que te mostrar quem é que manda nessa casa? Quem é que prende? Quem é que tortura, quem é de aleija? Cria flagrante? Você ainda não entendeu? Cala esta boca. Ou eu te prendo no seu quarto e jogo a chave fora’ ”.

O objetivo aqui é denunciar quem são os verdadeiros antidemocráticos, como uma forma de abrir os olhos da população para que ela veja a verdade dos fatos, ou para que ela não se esqueça do que aconteceu no passado recente do Brasil. E, acima de tudo, para que o povo entenda o seu poder e se coloque contra aqueles que o oprimem. Nos vídeos analisados do canal Te atualizei, em vários momentos a apresentadora Bárbara Zambaldi fala sobre a importância de não se esquecer de fatos passados na política e na história brasileira²². E no caso do Canal Hipócritas, o próprio vídeo fixado na abertura do canal faz uma analogia entre a fábula “a roupa nova do rei” e o propósito do canal²³.

Neste contexto, a liberdade é entendida nos vídeos como um direito que está sob ameaça e os atores desta ameaça são as próprias instituições democráticas. Aqui há uma inversão da lógica, pois não são as instituições democráticas que garantem a liberdade do cidadão brasileiro, elas a ameaçam, conforme é ilustrado na seguinte passagem “E

²² Como no vídeo “Com o Daniel foi diferente, lava jatos em apuros, Presidente se pronuncia sobre Petrobras e mais”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kk3Keeamw4Y>, acesso em 20 de jun. de 2021.

²³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yMsu2x5tnRg>, acesso em 20/06/2021

espero não ter que pagar com a minha própria liberdade por apenas expor a minha opinião, o meu sentimento. Se termos uma resposta, eu não sei. Mas enquanto ela não vem, a pergunta continua, o sentimento continua, a indignação persiste”²⁴.

5 - Conclusão

Para testar as duas hipóteses colocadas no artigo, a saber se as noções associadas à palavra democracia se fundamentam na mobilização política de medos e se encontram na ideia de cidadão de bem, e não nas instituições democráticas, sua base de construção e manutenção, vamos primeiro pensar na noção de liberdade

Quando se diz que “quem fala a verdade não merece castigo” se afirma que, independentemente do que é dito, se é possível fundamentá-lo como verdade, então não deve ser censurado. Assim, deve-se aceitar qualquer conteúdo que tenha sido fundamentado como verdadeiro, mesmo que possua teor preconceituoso, ameaçador, ofensivo.

Estamos diante de uma formulação fundamental para contextos de disputa de sentidos: não importa a lógica e consistência dos argumentos, o que importante é que seja aceito como verdade pelos pares. Neste contexto, o limite para a liberdade estaria no grau de aceitação do discurso pelos pares, afastado de qualquer pactuação social.

Neste contexto, não existe valor que se sobreponha à liberdade individual, ela não é negociada coletivamente. E, qualquer pacto organizado fora do poder privado que limite a liberdade é classificado como “ditadura do politicamente correto”.

Assim, a liberdade de expressão que foi prevista como uma barreira à censura, contra a repressão estatal, social, corporativa, para a expressão de minorias vulneráveis, de dissidentes políticos, acaba sendo usada em nome de uma ampla desregulamentação e silenciamento da justiça social. A liberdade é deslocada da ideia de justiça para virar o

²⁴ Transcrição livre do “STF, vem cá, precisamos conversar”
<https://www.youtube.com/watch?v=p-sU5f4uxPQ>.

puro instrumento de poder (BROWN, 2019), o que permite o exercício da suposta liberdade sem a preocupação com os outros, com mundo e com o futuro.

O código “nós não temos voz” apresenta grau de coocorrência de 0,33 com “somos censurados” e de 0,25 com “o Brasil não é uma democracia de verdade”, ambos da categoria Nação, o que denota mais do que uma descrença com relação à atual democracia brasileira, pois serve como uma alerta: se o povo não fizer nada, vai continuar sendo humilhado, enganado e silenciado. E esta situação pode piorar, por isso é preciso agir. Aqui encontramos a mobilização de falsas tensões entre a liberdade individual e as instituições democráticas fundamentada no medo da opressão e do cerceamento das liberdades.

Apoiando-se na concepção de Degerman et al (2020), entendemos que a mobilização de medos, conforme observamos nas análises acima, não deve ser tomado como “irracional” em oposição ao campo da política, entendido como “racional”. Assim, muito mais do que ignorância ou desconhecimento, o medo deve ser entendido como uma estratégia de ação.

Nesse sentido, em vez de assumir que para combater uma das principais fontes da mobilização política de medos, a saber, a desinformação (KALIL, 2021), seja preciso apenas a disseminação de informação, uma análise para além da dicotomia racional/irracional permite compreender a política do medo em sua própria dinâmica, que nos casos analisados neste artigo podem ser resumidos em duas estratégias: atendem aos interesses de manter certas formas de pânico moral (medo do cerceamento da liberdade, medo da corrupção e medo da volta da esquerda) e reforçam uma perspectiva específica em relação ao Estado brasileiro (não possui uma democracia “de verdade”).

Para a pesquisadora Ruth Wodak (2015) a linguagem política de direita de legitimação do medo pode ser analisado a partir de quatro categorias principais: autorização, que diz respeito a legitimação por referência à autoridade; avaliação moral, que diz respeito à referência a sistemas de valores; racionalização, legitimação por referência ao conhecimento; e *mitopoese*, quando a legitimação é alcançada pela construção de narrativas. De acordo

com Wodak (2015, p.6), essas narrativas são “muitas vezes pequenas histórias ou fragmentos de estruturas narrativas sobre o passado ou futuro”. Assim, as narrativas relacionadas ao medo vão se juntando e criando grandes estruturas narrativas.

Nos vídeos analisados foi possível observar as seguintes narrativas: a) o povo tem poder, mas as instituições democráticas brasileiras, que aqui dizem respeito ao STF e o Congresso Nacional, tentam não apenas tolher o poder do povo, censurando e silenciando sua voz, mas também impedir que o povo perceba a sua verdadeira força. b) Dentre estas duas instituições, a pior é o STF, que ameaça a liberdade da população, age de modo autoritário, censura, corrompe, e tenta controlar os outros poderes; c) De um lado, o STF persegue o presidente da república e seus apoiadores e, de outro, protege o PT; d) por isso os atuais juízes precisam ser retirados de lá, mesmo que para isso seja necessário o uso da força; e) a preservação da democracia e a melhoria do Brasil não está nas mãos das instituições democráticas, mas sim do povo. Não é o fortalecimento das instituições democráticas que asseguram e fortalecem a democracia, mas sim o fortalecimento do povo brasileiro. Cabe ao povo criar esta “verdadeira” democracia.

Quem, então, é esse povo? Segundo os vídeos analisados, povo é sinônimo de “apoiador de Bolsonaro”, trata-se da figura do cidadão de bem, aquele que é contra a corrupção, que tem uma atitude individual correta, que é cristão, que se distingue dos bandidos, da esquerda, que não se vitimiza, que preza pela meritocracia e pelo esforço individual.

Portanto, é possível concluir, que a noção de “verdadeira” democracia nos vídeos analisados se apoia na política de medos, encontrando na ideia de cidadão de bem, e não nas instituições democráticas, sua base de construção e manutenção. Parece haver aqui a defesa de uma noção de democracia desvinculada de qualquer pactuação social, separada de questões igualitárias, e que encontra suporte em uma noção de liberdade entendida como puro instrumento de poder e, por isso, deslocada da ideia de justiça.

É importante ressaltar que as conclusões e os resultados encontrados se entendem aos casos dos vídeos selecionados, entendidos como casos particulares inseridos em uma rede de relações, e sem a pretensão de generalizações, ou seja, os resultados encontrados não permitem afirmar que todos os apoiadores de Bolsonaro

pensam a democracia da maneira exposta neste artigo. Por outro lado, a partir dos resultados obtidos, são delineados caminhos para entender porque os apoiadores fiéis de Jair Bolsonaro mobilizam certas noções associadas a palavras democracia e as consequencial daí decorrentes.

No entanto, esta é uma análise preliminar, que exige uma ampliação do *dataset* para organizar uma resposta mais abrangente. Além do mais, um estudo que relacione os enquadramentos sobre a democracia mobilizados no *YouTube*, com os encontrados em outras plataformas digitais pode ser importante para se entender se os mesmos enquadramentos aparecem em diferentes plataformas ou não, e quais análises suscitam.

Cite este artigo (ABNT NBR 10520:2002, estilo APA)

MOREIRA, Thatiane; RAMIREZ, Jose Luis. **O povo quer democracia de verdade:** como os apoiadores de Jair Bolsonaro veiculam noções associadas a palavra democracia no YouTube. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.12 | N.24, pp 96-129, 2021.

Referências bibliográficas

ABELIN, Pedro Henrique T. (2020) Comunicação populista: uma proposta analítica a partir do Movimento Brasil Livre e da Mídia Ninja. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Brasília.

AMADEU, Sérgio. (2015) “Direita nas redes sociais online” in *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores e VAGGIONE, Juan Marco (Ed.). 2020. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. Boitempo.

BROWN, Wendy. Nenhum futuro para homens brancos: niilismo, fatalismo e ressentimento. Em: *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Politeia, 2019.

CAIANI, M & DELLA PORTA, (2018) D. The Radical Right as Social Movement Organizations. In *The Oxford handbook of the radical right* / [edited by] Jens Rydgren. Description: New York City : Oxford University Press.

CAIANI, M, DELLA PORTA, D. e WAGEMANN, C. (2010) *Extreme Right and Populism: A Frame Analysis of Extreme Right Wing Discourses in Italy and Germany*. IHS Political Science Series No. 121.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 62 (3), 2019.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero** em América Latina: Brasil. Publicado por el Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA, 2020.

DEGERMAN, D; FLINDERS, M. and JOHNSON, M.T. **In defence of fear: COVID-19, crises and democracy**, *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 11(3):1–22, 2020.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. London: Pluto Press, 2012.

GUARÉ, Felipe Corrêa. **Humor e conservadorismo: análise de memes durante o Impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação de mestrado em Mudança Social e Participação Política. Universidade de São Paulo, 2019.

HUNTER, W. and POWER, T.J. **Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash**. *Journal of Democracy*, 30(1): 68–82, 2019.

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.fespsp.org.br/>. Acesso em abril de 2021.

KALIL, I., SILVEIRA, S.C., PINHEIRO, W., Kalil, A., PEREIRA, J.V., AZARIAS, W. and AMPARO, A.B. **Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19**, *Global Discourse*, vol 11, no 3, 409–425, 2021.

KAYSEL, André. **Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras** in *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEINER, Pedro. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. Alameda, 2020.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mury. **Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo**. *Cadernos IHU Ideias*, 16, p. 10, 2018.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. *Todavia*, 2020.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001

MIGUEL, L.F. **A reemergência da direita brasileira**. In: SOLANO, Ester. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, 2018.

MONTEVECHI, Camila. **Ativismo Anticorrupção no Brasil e a Teoria dos Movimentos Sociais**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online], n.34, 2021.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil Dobrou À Direita: Uma Radiografia Da Eleição De Bolsonaro Em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NICOLAU NETTO, Michel; CAVALCANTE, Sávio M.; CHAGURI, Mariana M. **O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da**

família, 10/2019, Científico Nacional, 43º Encontro Anual da Anpocs, Vol. 1, pp.1-3, Caxambu, MG, BRASIL, 2019.

REIS, R. ZANETTI, D. FRIZZERA, L. **A conveniência dos algoritmos**: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018. revista compolítica vol. 10(1), 2020.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, Mais Mises”’: uma gênese da nova direita brasileira. Tese (doutorado). São Paulo, 2018.

SALDAÑA, J. **An Introduction to Codes and Coding**, in The Coding Manual for Qualitative Researchers. Reino Unido: SAGE Publications, Incorporated, 2009.

SILVA, Ederson Duda da. **As bases da nova direita**: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas e Controvérsias, v. 5, n. 1, p. 75-95, jan-jun. 2018.

SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____ SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, v., p. 307-322, 2019.

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. **Framing processes and social movements**: an overview and assessment. Annual Review of Sociology, n. 26, p. 611-639. 2000.

TATAGIBA, Luciana. TRNDADE, ThiGO. e TEIXEIRA. Ana Cláudia Chaves Teixeira. **Protestos à direita no Brasil (2007-2015)** in Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cudas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**, Petrópolis, Editora Vozes, 2009[1998].

VILAÇA, Luiz; VON BÜLOW, Marisa; ABELIN, Pedro. **Aprendendo a usar o Facebook**: o movimento estudantil no Chile e o ativismo digital. Encontro Anual da ANPOCS, 39. Caxambu. Anais. Caxambu: Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2015.

WODAK, R. **The Politics of Fear**: What Right-wing Populist Discourses Mean, London: Sage, 2015.